

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: O prosumidor e a tarifa de energia	2
Título: Inadimplência da Roraima Energia agrava-se e amplia chance de apagão	5
Título: Bloqueio na Braskem pode subir a R\$ 6,3 bi	7
Título: Companhia é envolvida em disputa eleitoral pela prefeitura de Maceió	9
Título: CVM abre processos contra diretor da Vale	11
Título: Karoon estreia em produção de petróleo com aquisição de Baúna.....	13
Título: Anglo tem lucro de US\$ 1,9 bi até junho	14
Título: Consumo de aço deve crescer só 2% este ano	15
Título: Em recuperação, Clealco prepara investimento em canaviais	17
Título: Destaques	18
Título: Câmara de comércio defende linha marítima Brasil-Irã	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Petrobrás quer vender Liquigás em agosto	20
Título: STF manda Petrobrás abastecer navios iranianos parados no Paraná	20
Título: Estatal pode ser punida nos EUA, diz Araújo	22
Título: A nova BR Distribuidora	23
Título: Interferências indevidas.....	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Petrobras arrecada R\$ 57 bi no ano após privatizar a BR.....	26
Título: Críticos erram nas contas da venda de ações da distribuidora	27
Título: Bolsonaro autoriza PM da ativa em escola militar	29
Título: Toffoli decide que Petrobras deve abastecer navios iranianos no PR.....	30

Título: Petrobras pode ser punida nos EUA, diz Ernesto	32
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Petrobras acumula US\$ 15 bi com venda de negócios	32
Título: Verdade.....	35
Título: FISCAL DEPENDE DO PRE-SAL	35
Título: Brumadinho: identificação de corpos atrasa	35
Título: Abasteça-se !.....	37

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Richard Hochstetler

Título: O prosumidor e a tarifa de energia

O barateamento das tecnologias de geração de pequeno porte, viabilizou a instalação de geradores de energia elétrica nos imóveis dos consumidores, fazendo surgir os "prosumidores" (produtor e consumidor de energia). A instalação de unidades de geração elétrica no estabelecimento do consumidor pode proporcionar muitos benefícios e deve ser estimulada, mas é importante que as políticas de fomento sejam bem estruturadas para não promover distorções que possam resultar numa expansão ineficiente.

A Aneel tem desempenhado um papel de liderança na promoção da geração de pequeno porte nos estabelecimentos dos consumidores. Já em 2012, a Agência criou o regime de Compensação de Energia (Resolução 482/2012) pelo qual o consumidor pode repassar energia para a rede de distribuição nos momentos em que a sua produção excede o seu consumo, em troca de energia proveniente da distribuidora nos momentos em que a sua produção é inferior ao seu consumo.

Trata-se de um arranjo muito conveniente para o prosumidor, principalmente para com a geração a partir de fonte variável, como a geração fotovoltaica, cuja produção depende da radiação solar. Assim, o consumidor consegue aproveitar

uma parcela maior do seu potencial de geração, mesmo quando o padrão de geração hora a hora não coaduna com o seu padrão de consumo.

É preciso o quanto antes ajustar a regulação tarifária para ensejar uma expansão harmônica e eficiente

Da perspectiva sistêmica, a geração situada junto aos consumidores ("geração distribuída") também é interessante, pois reduz as perdas incorridas no transporte de energia de usinas distantes dos centros de consumo e poupa investimentos na ampliação das instalações de transmissão. Há até o potencial de aumentar a robustez do suprimento, na medida em que diversifica as fontes e locais de suprimento.

Mas como a decisão de instalar geradores nas unidades de consumo é tomada de forma descentralizada, pode-se facilmente ensejar uma expansão ineficiente se os consumidores não dispuserem de balizadores adequados, resultando em elevação de custos e maior vulnerabilidade do fornecimento de energia elétrica.

Para assegurar a eficiência é necessário que a regulação tarifária seja aperfeiçoada para melhor refletir os custos e benefícios da geração distribuída. A Tarifa Convencional atualmente empregada no atendimento dos consumidores em Baixa Tensão não capta adequadamente estes custos e benefícios. É necessário adotar uma tarifa um pouco mais sofisticada para fazer isto de forma adequada.

O aprimoramento da estrutura tarifária poderia ser implementado em etapas.

O primeiro passo seria a adoção de uma tarifa binômia, isto é, uma tarifa composta de dois componentes: 1- um componente fixo, para cobrir os custos associados às redes de distribuição; e 2- outro componente variável, para cobrir os custos da energia consumida. Ao aplicar o atual regime de Compensação de Energia à Tarifa Convencional, cobra-se apenas pelo consumo líquido, de forma que o prosumidor deixa de pagar por uma parcela do uso da rede de distribuição que ele continua a utilizar. Isto acaba ocasionando um rombo na remuneração das distribuidoras, que, na próxima revisão tarifária da concessionária, acaba por onerar os demais consumidores.

O segundo passo seria a incorporação de tarifas diferenciadas por "posto horário" (horário do dia). A oferta e demanda por energia variam ao longo do dia, portanto é importante que a expansão seja pautada pelo valor da energia nos diferentes momentos. Esta opção já passou a ser oferecida para consumidores residenciais na Tarifa Branca, mas seria importante sua aplicação a todos prosumidores.

O terceiro passo seria a introdução de tarifas diferenciadas por localização, de forma a refletir as condições de escoamento de energia na rede de distribuição. Isto proporcionaria estímulos para instalar geração nos pontos da rede em que seria melhor aproveitada.

A implementação destas mudanças não é trivial. Tipicamente a tarifa binômia é feita com medidores mais sofisticados, que permitem a cobrança do componente de transporte em função da demanda no horário de ponta e do componente de energia pelo consumo acumulado no mês. Estima-se que os investimentos requeridos para trocar todos os medidores no país seria da ordem de cerca de R\$ 40 bilhões. Além disto, esta mudança teria impactos distributivos relevantes, com redução das tarifas dos consumidores de alto consumo (tipicamente de maior renda), em detrimento dos consumidores de baixo consumo (menor renda) - aspecto destacado no Análise de Impacto Regulatório realizado pela Aneel na Audiência Pública 59/2018.

Uma saída seria adotar tarifas binômias com base no perfil de consumo de cada classe de consumidor típico aferido nas campanhas de medição que são realizadas no processo de revisão tarifária de cada concessionária. Isto permitiria a implantação da tarifa binômia mesmo nos domicílios com os velhos medidores analógicos. Poder-se-ia ainda ajustar a tarifa do componente de transporte para cada classe consumidor típico, segmentada por faixa de consumo, de forma a minimizar o impacto distributivo da nova estrutura tarifária, conforme a "Alternativa 4b" avaliada pela Aneel.

Uma das contribuições apresentadas na referida Audiência Pública aponta como esta alternativa poderia ser implementada utilizando a demanda de referência e os fatores de carga para alcançar a repartição dos custos fixos (transporte) e variáveis (energia), de forma a minimizar os impactos distributivos.

A alteração da estrutura tarifária não precisa ser implementada de forma uniforme em todo país. Há diferenças muito significativas entre as diversas áreas de concessão, logo é natural que haja diferenças na estrutura tarifária.

A geração distribuída responderá por uma parcela crescente da matriz elétrica nos próximos anos. Quanto antes ajustarmos a regulação tarifária para ensejar uma expansão harmônica e eficiente, melhor será o parque gerador futuro.

Claudio Sales e Richard Hochstetler são do Instituto Acende Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Inadimplência da Roraima Energia agrava-se e amplia chance de apagão**

Os habitantes de Roraima correm risco de um apagão no Estado, depois que a distribuidora de energia local, a Roraima Energia (antiga Boa Vista), foi incluída em um cadastro de inadimplentes que pode impossibilitar o recebimento de recursos necessários para compra de combustíveis para geração de energia.

A causa da inadimplência da companhia é inusitada: a distribuidora é cobrada pela compra de uma energia que nunca recebeu, devido ao atraso da linha de transmissão que iria conectar Roraima ao restante do país. O empreendimento deveria ter entrado em operação em 2015, mas nunca saiu do papel. A distribuidora, contudo, adquiriu energia em leilões, que se transformou em "sobrecontratação involuntária" e acabou virando uma dívida com geradores e também com o mercado de curto prazo de energia.

O problema se agravou depois que, no fim da semana passada, a distribuidora perdeu uma liminar que a protegia da cobrança dos pagamentos por essa energia e também da exposição ao mercado de curto prazo de energia que é ligada ao problema. "Estamos na iminência de um colapso financeiro", disse Joaquim Roberto Rodrigues Moreira, diretor administrativo e financeiro da distribuidora de energia. Ontem, venciam dívidas no valor de R\$ 17 milhões, entre despesas no mercado à vista de energia e valores devidos a geradores. "Mas não tenho caixa para fazer frente à despesa. Vou parar com outras obrigações?", disse.

Problema tem origem no atraso do linhão do Tucuruí: distribuidora comprou energia mas nunca recebeu

Segundo Moreira, diante dos problemas enfrentados pela companhia, representantes da Roraima Energia pretendem informar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que os contratos bilaterais dos leilões não serão mais pagos, pois a concessionária vai priorizar as compras de combustível para garantir a qualidade do serviço prestado. O desequilíbrio de caixa estava previsto no edital de privatização da distribuidora, que foi arrematada ano passado pela Oliveira Energia. "Mas não havia previsão de que o problema seria contínuo e crescente", disse.

A Aneel já indicou uma solução para o problema, que seria ratear entre todos as outras distribuidoras do país a energia contratada por Roraima. O problema,

segundo a companhia, é o prazo em que isso será feito, já que o diretor Sandoval Feitosa, que é relator do processo da distribuidora, está de férias até o dia 5 de agosto. Ao **Valor**, o diretor-geral da agência, André Pepitone, disse que a matéria aguarda o julgamento do relator, e que não há pedidos em seu gabinete aguardando julgamento.

Enquanto isso, o processo de desligamento da Roraima Energia avança na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, explicou que a entidade está seguindo as regras vigentes e que, como houve inadimplência das obrigações, não havia como suspender o processo de desligamento depois que a liminar que impedia isso perdeu a validade.

Segundo um documento ao qual o **Valor** teve acesso, a companhia tem uma despesa mensal da ordem de R\$ 110 milhões com compra de combustível, montante que é subsidiado por meio de um fundo setorial cobrado de todos os consumidores pela tarifa (a Conta de Consumo de Combustíveis, ou CCC). As regras vigentes dizem que a empresa só deixará de ter acesso aos repasses da CCC se for realmente desligada pela Aneel. A inadimplência de obrigações setoriais, como recolhimento de encargos, também pode causar a suspensão de encargos. Não está claro se a inadimplência dos contratos de compra de energia firmados em leilão podem ser encarados da mesma forma.

O problema teve início anos atrás. Com a perspectiva de interligação a Manaus por meio do linhão de Tucuruí, a distribuidora, então Boa Vista e estatal da Eletrobras, fez compras de energia em leilões, de acordo com as orientações da Aneel. "Como a linha não veio e não temos previsão de que seja construída, os contratos não têm neutralidade, porque a empresa tem que pagar mesmo sem receber a energia", disse Moreira. O abastecimento de energia no Estado, que antes dependia da importação da Venezuela, desde março vem integralmente da geração de termelétricas a óleo combustível.

Conforme os contratos bilaterais passaram a valer, a distribuidora começou a vender as sobras no mercado à vista de energia, pela qual recebe o preço de liquidação das diferenças (PLD). O problema é que o PLD do Norte costuma ficar mais baixo que o do restante do país durante boa parte do ano, e a energia comprada em leilões vem de outras regiões.

A distribuidora tentou mitigar o problema devolvendo parte dos contratos de venda de energia por meio de mecanismos que transferem essa energia para outros consumidores ou o mercado livre. Hoje, essas despesas com compra de energia são pagas por meio de recursos da chamada Parcela B da tarifa, que é a remuneração da distribuidora. Segundo Moreira, as despesas representam cerca de 56% da Parcela B, o que compromete seu fluxo de caixa para

investimentos, por exemplo. "Ela vai entrar em colapso econômico e financeiro", disse.

Ao comprar a distribuidora, a Oliveira Energia se comprometeu a recuperar a concessionária financeiramente e melhorar a qualidade do serviço prestado. Esses planos, contudo, seguem paralisados. "Protocolamos na Aneel nosso plano de negócios, mas nele foi colocado que, não havendo neutralidade da compra de energia, ele fica impossível de ser realizado", disse Moreira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Bloqueio na Braskem pode subir a R\$ 6,3 bi

Alvo de mais uma ação judicial, proposta anteontem pelo Ministério Público do Trabalho de Alagoas (MPT-AL), a Braskem corre o risco de ter 80% de seu caixa bloqueado, ou R\$ 6,3 bilhões. Além dos bloqueios de R\$ 100 milhões e de R\$ 3,7 bilhões devido aos processos que correm na Justiça de Alagoas, o MPT pede que mais R\$ 2,5 bilhões da petroquímica sejam levantados - e que ela seja condenada a pagar R\$ 1 bilhão de indenização por dano moral coletivo.

Para a Braskem, um bloqueio dessa magnitude põe em risco suas operações e as de seus clientes. Atualmente, o caixa da empresa é de R\$ 7,8 bilhões. As sucessivas ações judiciais, envolvendo valores considerados "excessivos", ampliam a pressão sobre a companhia e não contribuem para que se alcance uma solução para os moradores de áreas afetadas por eventos geológicos em Maceió (AL). "O principal sentimento é o de insegurança jurídica, que se traduz em toda a cadeia produtiva", disse ao **Valor** o vice-presidente de Negócios Químicos, Marcelo Cerqueira.

O pedido do MPT-AL tem por objetivo garantir eventuais indenizações por danos materiais aos trabalhadores afetados pelo fenômeno geológico que provocou o afundamento do solo nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió. E se soma a outro pedido bilionário, do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública de Alagoas, que já levou ao bloqueio de R\$ 3,7 bilhões. Essa última decisão, em caráter liminar, foi proferida em junho pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Tutmés Airan. A Braskem tenta revertê-la.

Em outro processo, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) manteve ontem o bloqueio dos R\$ 100 milhões das contas da petroquímica, determinado em abril pelo juiz Pedro Ivens Simões de França. A companhia

interpôs um agravo, mas por unanimidade, os desembargadores mantiveram o valor bloqueado.

Desses R\$ 100 milhões, R\$ 15 milhões já haviam sido liberados nesta semana pela Justiça para o pagamento de aluguel social a moradores de áreas consideradas de risco no bairro Mutange. As 2,5 mil famílias que residem nessa região receberão R\$ 1 mil cada.

O imbróglio judicial que envolve a petroquímica controlada pela Odebrecht teve início em 2 de abril, quando MPE e Defensoria Pública de Alagoas pediram à Justiça o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões de suas contas. O pedido levou em conta indícios de que a mineração de sal-gema (matéria-prima para a produção de cloro-soda) da Braskem estava na origem de rachaduras em imóveis e vias nos três bairros de Maceió.

À época, o procurador-geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, disse que, embora não houvesse ainda um laudo conclusivo, havia evidências de que a petroquímica seria responsável pelos problemas. Um mês depois, um laudo do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) associou a exploração de sal-gema aos eventos geológicos em Maceió. A Braskem contesta o laudo na Justiça e diz que há graves inconsistências técnicas no relatório.

Segundo Cerqueira, a petroquímica segue atuando para identificar as reais causas do afundamento do solo para então propor uma solução que seja eficiente, e não apenas retire os moradores de suas casa, mesmo que contra sua vontade. A petroquímica trabalha com instituições internacionais nesse sentido, mas a identificação das causas leva tempo, segundo o executivo, devido à complexidade desse tipo de levantamento.

Sonares serão usados para inspeção dos 32 poços da companhia na região - até agora foram 15 poços, cuja estabilidade foi atestada, segundo a companhia - e a expectativa é a de que até dezembro se tenha todos os resultados. A extração de sal-gema segue paralisada, assim como a produção de cloro-soda e dicloroetano nas fábricas de Pontal da Barra, em Maceió. Já a produção de PVC, cujo ciclo começa justamente no sal-gema, em Marechal Deodoro (AL) e no Polo de Camaçari (BA), foi mantida com a importação dos insumos.

Sobre a ação do MPT-AL, Cerqueira disse que a iniciativa põe em risco as operações da Braskem e também seus recursos humanos. "Uma ação como essa do MPT pode ter efeito contrário. Quando se coloca mais pressão sobre uma

empresa que tem disciplina financeira, isso pode ter efeito sobre os 20 mil empregos diretos e indiretos que ela gera em Alagoas", afirmou.

O executivo contou que a petroquímica tem mantido contatos "com algumas autoridades", para discutir o problema em Maceió e alcançar uma solução efetiva. Mas ainda não se chegou a um ponto em que "todos os atores estão na mesa". "Hoje não há articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. A Braskem quer buscar a reunião desses governos".

Na imprensa regional, foram publicadas notícias de que a Braskem teria ameaçado deixar Alagoas em razão do imbróglio. Questionado sobre o assunto, Cerqueira afirmou que a companhia "não quer deixar de operar no Estado, onde está há 40 anos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Vandson Lima e Mariana Muniz | De Brasília

Título: Companhia é envolvida em disputa eleitoral pela prefeitura de Maceió

O drama por conta do afundamento do solo de três bairros em Maceió, atribuído à atividade da Braskem na região para extração de sal-gema - um tipo de cloreto de sódio utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC - entrou no cálculo eleitoral da sucessão na prefeitura da capital e de todo o cenário político de Alagoas.

Na linha de frente da ação contra a Braskem está o procurador-geral de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça. Ele é dado como favorito caso concorra ao comando de Maceió em 2020.

Gaspar se notabilizou como secretário de Segurança no primeiro mandato do governador Renan Filho (MDB) - primogênito do senador Renan Calheiros (MDB). Com sua popularidade em alta e índice de homicídios em queda, deixou o posto em 2016, após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que membros do Ministério Público não poderiam assumir cargos no Poder Executivo.

O ex-secretário chegou a se aproximar do prefeito Rui Palmeira (PSDB), inimigo dos Calheiros. Mas as dificuldades vividas pelo atual mandatário, que faz um governo mal avaliado, levaram Gaspar de volta ao círculo do governador. Ele ainda não se filiou a partido, mas é considerado no entorno de Renan Filho o nome ideal para a prefeitura.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL) Rosemeire Lôbo, autora da ação contra a Braskem que pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões, rechaça a sugestão de que a medida teria motivações políticas. Ela atribui a ilação a uma tentativa da própria Braskem para tirar o foco do relatório da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que declarou a mineradora culpada pelos danos. "Pelo comportamento da empresa, essas ilações são dela própria [Braskem], que ela está jogando no ar. Não tenho comprometimento com grupo político nenhum", disse.

De acordo com Lôbo, a iniciativa de cobrar medidas socioeconômicas para trabalhadores da empresa e dos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, afetados por rachaduras, deu-se em função da chamada "função social das empresas", presente na Constituição. Ela afirma que não só os trabalhadores da própria Braskem, mas as pessoas que trabalham nas localidades afetadas estão sendo afetadas. "Eu vinha pedindo há muito tempo para que a Braskem tivesse sensibilidade com os efeitos provocados por sua atividade nas comunidades. A postura da empresa sempre foi de fugir do diálogo", alega. "Agora, depois da minha atuação extrajudicial, qualquer tentativa de acordo só será feita sob a batuta do juiz, inclusive para dar total transparência ao processo e desmentir as ilações da mineradora de que a atuação da Justiça está pautada em motivações políticas".

Politicamente, a questão da Braskem virou um jogo de empurra entre as forças políticas locais. O prefeito Rui Palmeira acusa o governador Renan Filho de se ausentar na busca de uma solução para a assistência às famílias residentes nos bairros afetados. O grupo do governador, que está em viagem pela China, diz que Palmeira demorou dois anos para atentar à gravidade da situação. Apenas em junho o governo do Estado entrou em campo e foi à Justiça para tentar impedir a venda da Braskem à LyondellBasell - a medida, contudo, foi inócua, pois a desistência do negócio já havia sido anunciada. A ação foi tocada pela Procuradoria-Geral do Estado - ou seja, por Alfredo Gaspar.

A Odebrecht, que detém a maior parte do capital votante da petroquímica, e a própria Braskem contribuíram financeiramente quando a doação empresarial ainda era permitida. Em 2014, ano da primeira eleição de Renan Filho, a Braskem doou R\$ 320 mil e a Odebrecht R\$ 829,2 mil à campanha.

Posteriormente, delatores no âmbito da Operação Lava-Jato, como o próprio Marcelo Odebrecht e Cláudio Melo Filho afirmaram que Renan, o pai, pediu dinheiro para as campanhas do filho, com a promessa de ajuda futura em projetos de interesse das companhias. O governador e o senador negam as acusações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: CVM abre processos contra diretor da Vale**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu dois processos sancionadores que analisam a atuação do diretor-executivo de finanças e de relações com investidores da Vale, Luciano Siani Pires, na divulgação de informações ao mercado relacionadas aos desdobramentos do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), em janeiro. São as primeiras acusações formuladas pelo regulador do mercado de capitais desde que iniciou as investigações sobre o caso.

Os processos obtidos pelo **Valor** referem-se à instrução 358, que regula a divulgação de informações ao mercado. A CVM entende que nos dois casos as informações não foram divulgadas "de forma ampla e imediata" por Siani, único acusado. O executivo informou à CVM sua intenção de apresentar um acordo para encerrar os dois processos, o chamado termo de compromisso, mas ainda não há detalhes. Se for a julgamento, as penalidades previstas em lei incluem multa, advertência e inabilitação. Procurada, a Vale não comentou.

Um dos processos é referente à entrevista da Vale concedida a jornalistas em 12 de fevereiro às 15h, com o pregão ainda aberto. A Superintendência de Relações com Empresas (SEP), responsável pela acusação, entendeu que foram divulgadas informações relevantes. E o diretor "deveria ter divulgado fato relevante anterior ou simultaneamente à coletiva de imprensa, com o objetivo de mitigar assimetrias informacionais" nas negociações com ações da Vale.

Na entrevista, os executivos da mineradora contestaram que o rompimento da barragem ocorreu por causa do aumento dos níveis de água no reservatório, erro de leitura dos instrumentos de medição ou problema com as nascentes existentes nas proximidades ou a ocorrência de tremores de terra. Informaram, ainda, que houve um problema de configuração na automatização de 46 medidores de estabilidade, chamados de piezômetros, e não erro de leitura. Entre outras informações, foi pontuado que em outubro de 2018 um "painel de especialistas" concluiu que a barragem era "bem mantida, bem controlada e bem monitorada".

Para a acusação, os dados representaram interpretação técnica capaz de alterar o entendimento sobre o ocorrido em Brumadinho, conforme informado pelo próprio diretor-executivo no início da entrevista.

Desde o rompimento da barragem, a Vale publicou 30 fatos relevantes e 40 comunicados ao mercado relacionados ao assunto. Somente em janeiro, mês da tragédia, foram oito fatos relevantes e sete comunicados. A defesa de Siani apontou que mesmo tendo divulgadas várias informações sobre os acontecimentos em Brumadinho, a empresa observou que muitas notícias eram publicadas de forma "desconexa e/ou descontextualizada" e decidiu convocar a entrevista, em horário condizente com a rotina das redações. Não houve intenção de divulgar 'novas informações' ou informações relevantes, uma vez que grande parte dos dados já havia sido divulgada.

A empresa disse ainda que a oscilação dos papéis em 12 de fevereiro começou horas antes da entrevista. A área técnica da CVM apontou que a ação ordinária subia 1% na manhã naquele dia. Com a realização da coletiva, o papel encerrou o dia em alta de 5,43%.

No outro processo, a CVM analisa notícias na imprensa sobre um comunicado interno da Vale que informava a interrupção de parte das atividades na mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG). Isso ocorreu após liminar que proibiu a deposição de rejeitos na barragem de Laranjeiras. O comunicado interno da Vale teria sido divulgado num sábado, 2 de fevereiro, e as notícias foram publicadas na segunda-feira seguinte, pressionando as ações da mineradora. Neste mesmo dia, por volta de 15h, a Vale divulgou fato relevante com as informações. Para a acusação, a administração não teria como manter o controle da informação após a divulgação de um comunicado interno "para um conjunto amplo e irrestrito de colaboradores". A SEP disse ainda que as notícias confirmaram que a informação escapou de controle e que no pregão de segunda-feira agentes do mercado operavam em "assimetria informacional".

A defesa de Siani alega que o comunicado interno foi enviado para um grupo restrito de empregados da mina, e não para todos os funcionários ou pessoas de fora da Vale. E divulgou informações ao mercado assim que tomou conhecimento do vazamento da informação. Antes das notícias, a mineradora não tinha indício de vazamento. Também argumenta que executivo agiu de boa-fé e houve um erro de interpretação da acusação sobre as pessoas que obtiveram a informação.

Os trabalhos da autoridade do mercado de capitais sobre o rompimento da barragem em Brumadinho incluem investigações sobre a conduta individual dos executivos e conselheiros da empresa. Conforme o **Valor** noticiou em fevereiro, a autarquia vai avaliar se foram diligentes com a questão da barragem antes da catástrofe.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Karoon estreia em produção de petróleo com aquisição de Baúna**

A australiana Karoon deu um passo importante em suas atividades como petroleira, ao assinar esta semana o acordo de compra do campo de Baúna, da Petrobras, em produção na Bacia de Santos, por US\$ 665 milhões. A empresa já possui dois campos no Brasil, mas que ainda estão em fase de desenvolvimento. O negócio, portanto, coloca a companhia em outro patamar. A transação também consolida o país como a principal operação da petrolífera, que também tem atividades na Austrália e no Peru.

"O Brasil é realmente o nosso principal foco", afirmou o diretor-geral da companhia para a América do Sul, Tim Hosking. Segundo ele, além do potencial de recursos de óleo e gás, o país tem um processo estável de leilões para os próximos anos. "Isso torna muito fácil fazer o planejamento estratégico".

Fundada em 2004, e listada na bolsa de valores de Sidney, a australiana iniciou suas atividades no Brasil em 2007, ao arrematar cinco blocos na Bacia de Santos, na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nessas áreas, a empresa já fez duas descobertas, que se transformaram nos campos de Goiá e Neon. Desde sua chegada ao país, a companhia já realizou, junto com parceiros, investimentos de mais de US\$ 600 milhões.

Com a aquisição de Baúna, o volume de recursos contingentes "2C" (com chances de 50% de serem alcançados ou excedidos) da Karoon crescerá 18,3%, para 97 milhões de barris de petróleo (sendo 15 milhões em Baúna, 52 milhões em Neon e 23 milhões em Goiá). Um fator positivo para a companhia é que o óleo nessas regiões é de tipo leve, de maior qualidade.

Segundo Hosking, a empresa estuda participar da 16ª Rodada de Licitações da ANP, prevista para outubro, e está inscrita na Oferta Permanente da agência, em que são oferecidos de forma contínua campos devolvidos e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos. Até o momento, porém, a companhia não apresentou nenhuma oferta por essas áreas.

Além da Bacia de Santos, também estão no radar da petroleira as Bacias de Espírito Santo e Campos. "Basicamente, nosso foco é de Espírito Santo a Santos. A razão para isso é que somos uma companhia pequena e queremos ser muito focados", explicou o executivo.

Um dos trunfos da Karoon é José Formigli, ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, que atua como consultor da companhia.

Com relação ao campo de Baúna, do valor total do negócio firmado com a Petrobras, US\$ 49,9 milhões foram pagos na data da assinatura do acordo, na última quarta-feira. O restante, US\$ 615,1 milhões, será desembolsado na data de fechamento da operação. Para fazer frente a esse pagamento, a Karoon conta com recursos em caixa e um crédito pré-aprovado para financiamento no valor de US\$ 250 milhões.

A expectativa, segundo Hosking, é concluir a operação na primeira metade de 2020, após o cumprimento de condições precedentes, como a aprovação pela ANP. O plano da empresa é aumentar a produção em Baúna, dos atuais 20 mil barris diários para 33 mil barris diários de petróleo, a partir de 2022. Na área, está instalada a plataforma flutuante de produção e armazenamento de óleo e gás (FPSO) Cidade de Itajaí, arrendada e operada pela joint venture formada pela Teekay Offshore e a Ocyan. A unidade tem capacidade para produzir 80 mil barris diários e armazenar 600 mil barris de óleo.

Com relação aos campos de Neon e Goiá, a Karoon deverá apresentar em agosto à ANP o plano de desenvolvimento da área. Hosking não informou o valor do investimento previsto para a produção nos dois campos, no entanto reafirmou que a ideia é contratar um FPSO já existente no mercado, ao invés de encomendar um novo.

De acordo com o plano de negócios da Karoon, a expectativa é iniciar a produção no campo de Neon, em 2023, com um volume entre 25 mil e 28 mil barris diários, a partir de dois poços horizontais produtores de óleo e um poço de injeção de gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Dow Jones Newswires | De Barcelona

Título: Anglo tem lucro de US\$ 1,9 bi até junho

A mineradora Anglo American reportou aumento de 46% no lucro líquido para US\$ 1,88 bilhão no primeiro semestre de 2019, ante US\$ 1,3 bilhão do mesmo período do ano anterior. O resultado foi impulsionado pelo bom desempenho do sistema Minas-Rio, no Brasil, e Kumba, na África do Sul. Com o aumento dos preços do minério, o resultado operacional da área subiu de US\$ 454 milhões para US\$ 2,04 bilhões.

Na semana passada, a companhia divulgou o volume recorde de produção no sistema Minas-Rio, chegando a 5,9 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano. Com isso, a mineradora revisou as estimativas de produção para a unidade, chegando a 19 milhões a 21 milhões de toneladas de minério de ferro.

O forte desempenho da mineração de ferro compensou a queda das unidades de diamantes e carvão. As minas de diamantes reportaram queda de 11% na produção durante o primeiro semestre de 2019, com resultado de US\$ 518 milhões. Também mais fraca, a produção das minas de carvão recuou 39%, para um resultado de US\$ 996 milhões.

A receita da Anglo American no período foram de US\$ 14,77 bilhões, um avanço de 7,8% na base anual. O fluxo de caixa livre atribuível caiu para US\$ 1,3 bilhão, enquanto a dívida líquida aumentou para US\$ 3,4 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Consumo de aço deve crescer só 2% este ano

Com a economia em compasso de espera, o Instituto Aço Brasil revisou, pela segunda vez, as estimativas para este ano para o setor siderúrgicos. O consumo aparente deve crescer 2,1%, chegando a 21,65 milhões de toneladas. A previsão anterior era de uma elevação de 4,6% chegando a 22,18 milhões de toneladas.

"Estamos mais otimistas com o segundo semestre, mas como a primeira metade do ano foi muito ruim tivemos que rever nossas expectativas para o setor", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Aço Brasil.

Na nova estimativa, a produção deve se manter praticamente estável neste ano no comparativo com 2018. Devem ser produzidas 35,55 milhões de toneladas, alta de 0,4%. Na anterior, a perspectiva era de um crescimento de 2,2%. Já as vendas internas devem crescer 2,5%, chegando a 19,38 milhões de toneladas. O crescimento previsto anteriormente era de 4,1%.

As importações e exportações também foram revisadas. As vendas externas do setor devem cair 7,3%, chegando a 12,93 milhões de toneladas. Antes, o recuo estimado era de 6,1%. Já as importações vão se manter estáveis, com alta de 0,6%, 2,42 milhões de toneladas. A previsão anterior era de crescimento de 8,6%, para 2,61 milhões de toneladas.

Mello Lopes ressaltou que para chegar aos novos números, o consumo aparente terá que crescer 4% no segundo semestre, chegando a 11,28 milhões de toneladas. Além disso, as siderúrgicas terão de produzir 18,30 milhões de toneladas nesta segunda metade do ano, o que apresenta uma alta de 2,1%. Já as vendas internas teriam de ser 10,14 milhões de toneladas, mais 3,5%.

De acordo com o Aço Brasil, no segundo semestre as exportações de aço deverão cair 12,1%, atingindo o volume de 6,21 milhões de toneladas. E as importações poderão apresentar alta de 1,9%, a 1,16 milhão de toneladas.

"O primeiro semestre deste ano foi muito ruim. O mercado e a economia frustraram as nossas expectativas. Estamos mais otimistas com a segunda metade do ano, muito em razão das reformas que estão em discussão no Congresso. A previdenciária é corretiva. Na nossa visão, ela mostra ao investidor que a casa está sendo arrumada, mas a principal para a indústria é a tributária", disse Mello Lopes.

De acordo com os dados do Aço Brasil, a produção de aço bruto totalizou 17,24 milhões de toneladas no primeiro semestre no Brasil, o que representou um recuo de 1,4%. As exportações também caíram 2,4% no período, chegando a 6,71 milhões de toneladas. E as importações apresentaram queda de 0,6% de janeiro a junho, totalizando 1,25 milhão de toneladas.

Segundo o instituto, o consumo aparente de aço ficou praticamente estável no primeiro semestre, alta de 0,2%. De janeiro a junho foram consumidos no Brasil 10,36 milhões de toneladas ante 10,35 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado. Já as vendas internas chegaram a 9,24 milhões de toneladas, alta de 1,3%.

Mello Lopes disse ainda que o problema de abastecimento de pelotas de minério de ferro que ocorreu por causa da paralisação de unidades da Vale, deve permanecer por mais tempo, mesmo com a liberação parcial das operações do complexo de Vargem Grande, em Nova Lima (MG), pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Isso porque, segundo ele, a agência não liberou a operação do terminal ferroviário que a companhia opera no complexo vizinho de Fábrica. "A ANM liberou a operação em Vargem Grande somente a seco. Com isso, a Vale terá

que comprar 500 mil toneladas por mês de pellet-feed de terceiros", afirmou. "Sem a ferrovia liberada, vamos continuar com o 'malabarismo logístico', com material oriundo do Maranhão para abastecer as usinas siderúrgicas do Sudeste."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/07/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Em recuperação, Clealco prepara investimento em canaviais

Em recuperação judicial há um ano, o grupo sucroalcooleiro Clealco, que possui três usinas em São Paulo, iniciou na safra 2018/19 (encerrada em março) um processo de cortes de despesas que, se bem sucedido, dará fôlego para a retomada dos investimentos em canaviais.

A estratégia da empresa é garantir que, após o leilão judicial da usina de Queiroz - previsto para ocorrer até outubro -, possa melhorar os indicadores operacionais. Até o fim do ano, a Clealco planeja replantar 11 mil hectares de seus canaviais. Em 2019, a intenção é renovar entre 12 mil a 15 mil hectares, disse Alberto Pedrosa, CEO da empresa, ao **Valor**.

Com uma dívida de mais de R\$ 1 bilhão sujeita ao processo de recuperação judicial, a Clealco pretende reabrir a usina de Clementina (SP) após a venda da unidade de Queiroz, a única operando atualmente. Pelo cronograma da Clealco, a usina de Penápolis será reaberta em 2021.

De acordo com Pedrosa, o investimento nos canaviais levará a empresa para o "ciclo virtuoso". O sucesso do plano representará uma virada na trajetória dos últimos dois anos, período no qual a Clealco praticamente não fez investimentos em seu canavial. A falta de recursos provocou o envelhecimento da cana no campo e, consequentemente, afetou o rendimento agrícola do grupo.

"Essa situação foi ainda prejudicada pela escassez de recursos e tratos, que também não foram feitos adequadamente, o que nos conduziu à situação de hoje, de produtividade muito baixa", admitiu Pedrosa.

Atualmente, a colheita de cana da Clealco tem registrado produtividade abaixo de 60 toneladas por hectare. A média do Centro-Sul está em 84,87 toneladas por hectare. Com os aportes, o objetivo é elevar o rendimento para algo entre

75 toneladas e 80 toneladas por hectare - nível já registrado no histórico da empresa.

Pedrosa afirma que os desembolsos ocorrerão após a Clealco ter fechado a safra passada com mais recursos no caixa. Em 2018/19, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 461 milhões, resultando em uma margem Ebitda de 59,3%, alta de 47,5 pontos ante a margem da safra anterior. O resultado inclui os impactos positivos e não recorrentes de créditos tributários.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/07/2019
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Destaques

Oferta da BR Distribuidora

A Petrobras informou que a opção do lote suplementar da oferta pública de distribuição secundária de ações da BR Distribuidora foi integralmente exercida. Com isto, a quantidade de ações ofertadas foi acrescida em 43.687.500 ações, levando o montante a atingir R\$ 9,6 bilhões. A medida resultou na redução da participação da Petrobras no capital social da BR Distribuidora para 37,5%. No último formulário de referência, enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 16 de julho, a participação da Petrobras era de 71,2%. **(Ivan Ryngelblum)**

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/07/2019
Seção:	Brasil
Autor:	Marcos de Moura e Souza e Mariana Muniz De Belo Horizonte e de Brasília
Título:	Câmara de comércio defende linha marítima Brasil-Irã

A presidente da Câmara de Comércio Brasil-Irã, Romana Dvlganyuk, defendeu a criação de uma linha marítima regular entre os dois países. A rota seria feita por navios da estatal Iranian Shipping Company, disse. O Irã é um cliente importante de alimentos do Brasil, sobretudo de soja, milho e carnes, e tem dependido de grandes empresas de logística marítima. "Temos de criar um canal direto."

Romana disse que demanda foi levada por ela a representantes do governo brasileiro em 2018 e em 2017 e que sanções americanas ao Irã têm sido a

alegação repetida por autoridades brasileiras como obstáculo para uma rota regular.

Romana disse que ainda não tratou da ideia com representantes do governo Jair Bolsonaro. Há quase 50 dias, por causa das sanções, a Petrobras determinou a proibição de abastecimento de combustível de dois navios que estavam para levar carregamentos de milho ao Brasil.

Empresária ucraniana radicada no Brasil, Romana diz que as sanções não devem afetar a aquisição de alimentos e que o país persa têm alta dependência de importação de comida. Soja, milho, carnes e açúcar estão no topo da lista das vendas brasileiras para o país.

Diz ainda que por causa das sanções as empresas iranianas têm tido dificuldades para usar o sistema financeiro para pagar por produtos importados, a opção têm sido o que em persa se chama "barter". Isto é, troca. A carga de milho parada no porto de Paranaguá há quase 50 dias seria trocada por uma carga de ureia.

Essas operações de escambo têm funcionado em transações de importadores iranianos com exportadores de alimentos de Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão e Ucrânia.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou que a Petrobras forneça combustível a dois navios iranianos que estão parados há quase 50 dias no porto de Paranaguá, no Paraná.

A decisão é da noite de quarta-feira. Na decisão, o ministro levou em consideração uma "potencial lesão aos interesses primários relacionados à soberania nacional, à ordem administrativa e à economia". A confusão levou o embaixador do Irã em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, a fazer duras declarações, ameaçando suspender as importações de produtos brasileiros se o problema dos navios não for solucionado.

A empresa Eleva, responsável pelas embarcações, teve o pedido de abastecimento negado em primeira instância, mas recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e conseguiu uma ordem para que o abastecimento fosse feito em 72 horas sob pena de multa. A União recorreu e o caso chegou até o Supremo.

Em 10 de julho, Toffoli chegou a suspender a decisão do TJ-PR até que a Procuradoria-Geral da República e a Petrobras se manifestassem. Na sexta-feira passada, a PGR havia opinado que a Petrobras não deveria ser obrigada a abastecer os navios.

No mesmo dia, a Petrobras confirmou que não forneceu combustíveis para navios iranianos, carregados com milho. De acordo com a estatal, "os navios iranianos por ela contratados e a empresa iraniana proprietária dessas embarcações encontram-se sancionados pelos Estados Unidos". A Petrobras alegou que corria risco de ser incluída na lista caso abastecesse os navios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Petrobrás quer vender Liquigás em agosto

A próxima empresa a ser vendida pela Petrobrás será a subsidiária de distribuição de botijões de gás Liquigás, disse nesta quinta-feira o presidente da estatal, Roberto Castello Branco. A petroleira, que detém 100% da Liquigás, abriu processo para se desfazer da companhia em abril. Antes, havia chegado a anunciar a venda da empresa para o Grupo Ultra, mas o negócio foi vetado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em fevereiro de 2018.

"A Petrobrás está vendendo 100% da Liquigás e deve receber as ofertas vinculantes finais no dia 7 de agosto", disse Castello Branco em cerimônia de oferta de ações da BR Distribuidora na Bolsa B3. Ele confirmou que a empresa já vendeu o lote extra de ações da distribuidora, reduzindo ainda mais sua parcela, para 37,5%, em operação que totaliza cerca de R\$ 9,6 bilhões. No ano, a empresa já vendeu US\$ 15 bilhões em ativos. Castello Branco prometeu que há mais por vir. "Queremos uma empresa leve, ágil e de custos baixos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Internacional

Autor: AMANDA PUPO, MURILLO FERRARI, BEATRIZ BULLA e CARLA BRIDI, COM REUTERS

Título: STF manda Petrobrás abastecer navios iranianos parados no Paraná

Impasse. Ministro Dias Toffoli mantém decisão do TJ do Paraná, que determinava abastecimento dos cargueiros do Irã, ao considerar que não há risco de estatal ser punida pelos EUA; ordem judicial pode significar fim de crise que se arrasta desde junho

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou que a Petrobrás abasteça os dois cargueiros do Irã que estão

parados no litoral do Paraná desde junho. A ordem foi dada na noite de quarta-feira, mas tornada pública ontem. Em nota enviada ao Estado, o STF informou que Toffoli indeferiu o pedido da Petrobrás e manteve a decisão do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná que tinha determinado o fornecimento do combustível aos cargueiros Bavand e Termeh. As duas embarcações trouxeram ureia ao Brasil e foram carregados com milho. Mas desde junho estão ancoradas em Paranaguá. Ao recusar o combustível, a estatal alegava que poderia ser punida pelos EUA, já que as embarcações são alvo de sanções americanas.

A Eleva Química, que contratou os navios iranianos, alegava que a transação era entre duas empresas brasileiras. Toffoli concordou. “(Os documentos apresentados) revelam peculiaridades do caso que afastam o alegado risco de efeito multiplicador da decisão ora impugnada, bem assim a potencial lesão aos interesses primários relacionados à soberania nacional, à ordem administrativa e à economia em razão de sua execução”, afirmou o ministro em sua decisão. A decisão do TJ-PR, determinando o abastecimento dos cargueiros, é a mesma que havia sido suspensa na semana passada, em caráter liminar, pelo próprio presidente do STF. A nova decisão de Toffoli contraria a manifestação enviada na semana passada pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

No documento, ela afirma que a Eleva Química não provou ter “direito subjetivo” de comprar o combustível da Petrobrás e lembrou que possui alternativas para adquirir o produto de outros fornecedores. No entanto, a alternativa dada pela Petrobrás, a Refinaria de Petróleo Riograndense, informou estar com o estoque comprometido até o fim de agosto. Os exportadores brasileiros argumentam que, como a carga é de milho, as sanções americanas não se aplicam. “A decisão do STF reconhece os argumentos da defesa de que a exportação do milho não traria riscos de penalidade para a Petrobrás, uma vez que a Eleva, que afretou os navios, é uma empresa brasileira e não está em lista de sanção das autoridades americanas, além do fato de que a Petrobrás, ao fornecer o combustível estaria apenas cumprindo uma decisão judicial”, disse Rodrigo Cotta, advogado do escritório Kincaid Mendes Vianna, que representou a empresa que contratou os navios.

Uma fonte do setor de Assuntos do Hemisfério Ocidental no Departamento de Estado americano informou que os EUA estão cientes dos desdobramentos do caso dos navios iranianos no Brasil e “estão no processo de coleta de mais informações”. “Em 05 de novembro do ano passado, os EUA implementaram um conjunto de sanções no setor petroquímico iraniano. Ao mesmo tempo, genericamente falando, há certas exceções para transações de venda de commodities agrícolas, comida, medicamentos ou aparelhos médicos ao Irã”, informou o funcionário americano. Fontes próximas ao caso, tanto na Petrobrás quanto na Eleva Química, receberam com “alívio” a decisão de Toffoli. A

determinação daria uma brecha para que a estatal cumpra a ordem judicial, abasteça os navios e encerre a crise.

Para o professor de relações internacionais da FGV, Oliver Stuenkel, não há “risco real” de sanções contra a Petrobrás por parte dos EUA. “As relações comerciais com o Irã estavam ocorrendo normalmente antes e não há casos de empresas como a Petrobrás sofrendo sanções dos EUA por algo do tipo”, afirmou. Pressão. Na terça-feira, o Irã ameaçou cortar as importações do Brasil se a estatal não reabastecesse os dois cargueiros. Associações que representam exportadores brasileiros disseram ao Estado que a suspensão das importações pelo Irã seria grave, por ser um mercado importante.

“Além de ser o maior importador de milho brasileiro, o Irã é um dos principais compradores de produtos importantes para o País e para o Estado do Paraná, como soja e carne bovina”, afirmou a Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Segundo Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, a crise com o Irã foi mal administrada pelo governo brasileiro. “Ao declarar alinhamento com o presidente dos EUA, Donald Trump, Jair Bolsonaro acabou transformando uma questão comercial em uma questão política.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Internacional

Autor: Mariana Haubert

Título: Estatal pode ser punida nos EUA, diz Araújo

Chanceler brasileiro afirma que Petrobrás abastecerá petroleiros do Irã, apesar dos riscos de punição nos EUA

O chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, afirmou ontem que a Petrobrás corre o risco de ser punida pelos EUA caso abasteça os dois navios iranianos que estão parados no Paraná. Ele disse, no entanto, que a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, deve ser cumprida. Toffoli determinou que a Petrobrás abasteça os dois cargueiros, que estão parados desde junho. “É um tema que está na Justiça. Nosso entendimento é o de que as partes envolvidas têm de seguir a decisão da Justiça. Nós temos chamado a atenção para o fato de que a Petrobrás poderia estar sujeita a ter prejuízos em suas atividades nos Estados Unidos”, disse. Araújo afirmou ainda que a situação continua a mesma e as empresas, tanto a brasileira quanto a iraniana, seguirão a determinação da Justiça do Brasil. “Achamos que a situação permanece, mas existe o Estado da Lei”, afirmou o chanceler.

Para o especialista em segurança internacional e energia da Universidade de Georgetown, Paul Sullivan, a decisão da Petrobrás de não abastecer os navios não é uma surpresa. “Em razão da proximidade ideológica de Jair Bolsonaro e Donald Trump, isso já era esperado. A Petrobrás, provavelmente, está muito desconfiada e preocupada com as sanções dos EUA, e o próprio Brasil afirmou que está alinhado com as sanções impostas ao Irã”, disse Sullivan ao Estado. Ao mesmo tempo, o especialista americano ressalta que o Brasil é um país “independente”. “A relação com o Irã também envolve a questão da energia nuclear, polo que o Brasil teve a chance de desenvolver, mas não quis. Vai muito além de combustível, milho e desses dois cargueiros”, afirmou. / COM CARLA BRIDI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A nova BR Distribuidora

Na maior oferta de ações desde 2015 e também na maior operação de desinvestimento de uma estatal no atual governo por meio do mercado de capitais, a BR Distribuidora, empresa líder do mercado de combustíveis e lubrificantes, passou a ter a maioria de seu capital nas mãos de investidores privados. Com a operação, a Petrobrás reforçará seu caixa em R\$ 9,6 bilhões. Assim, fortalece seu programa de desinvestimentos considerado indispensável para reduzir suas vulnerabilidades financeiras – decorrentes da orientação de caráter político-partidário que os governos lulopetistas impuseram às suas gestões e do escandaloso esquema de corrupção que esses governos instalaram na empresa e que a Operação Lava Jato desvendou e puniu – e alcançar melhores resultados operacionais. Ao mesmo tempo, a empresa busca concentrar suas ações na atividade principal, a de exploração e de produção de petróleo, tornando-a mais eficiente operacional e financeiramente.

Desde o governo do presidente Michel Temer, a Petrobrás vem sendo gerida de acordo com critérios profissionais, o que implicou a completa extirpação dos focos de corrupção, desmandos e desvios de finalidade por orientação política, e a busca da estabilidade financeira e de ganhos de eficiência. Essa mudança na maneira de administrar a estatal era absolutamente indispensável para recuperar as finanças e a capacidade operacional da estatal, fortemente abaladas na era lulopetista não apenas pelos saques criminosos de seus recursos por grupos políticos, funcionários e agentes privados, mas também por programas de investimentos de inspiração populista. A melhoria operacional exigiu a redução do programa de investimentos plurianuais, a venda de ativos para reduzir o nível de endividamento e a revisão de suas prioridades.

No Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 anunciado no fim do ano passado, ainda na gestão indicada pelo governo Temer, estava prevista a receita de US\$ 26,9 bilhões em cinco anos com o programa de desinvestimentos. O atual presidente da empresa, Roberto Castello Branco, anunciou em audiência na Câmara dos Deputados em junho, que a nova meta de receita com os desinvestimentos é de US\$ 35 bilhões. No caso da rede de postos BR, a Petrobrás já havia vendido parte de suas ações em 2017, quando levantou R\$ 5 bilhões com a abertura do capital da controlada. Para isso, a BR adotou um modelo de governança compatível com o que deve vigorar nas companhias listadas no mercado acionário, mas seu controle continuou sendo da Petrobrás.

A grande diferença da nova operação é que o objetivo da Petrobrás mudou. A atual diretoria da Petrobrás considerou não fazer mais sentido manter o controle de uma distribuidora de combustíveis, pois este não é seu negócio principal. Com a venda das ações no mercado, a fatia de 70,3% que a Petrobrás detinha na BR caiu para 37,5%. Ou seja, a maioria do capital está nas mãos de investidores privados. A BR deixa de ser uma empresa sob controle estatal e passa a ser uma companhia com a maioria das ações pulverizada em bolsa. Em tese, essa mudança é suficiente para a BR buscar mais eficiência valendo-se de recursos usuais nas empresas privadas, mas que ela, como estatal, não podia empregar, como a contratação de empresas e fornecedores pelo menor preço e não por meio de licitações obrigatórias.

Isso pode atrair mais investidores para suas ações. Também para deixar atividades que não fazem mais parte de seu objetivo principal, recentemente a Petrobrás levantou US\$ 8,5 bilhões com a transferência para a francesa Engie da rede de gasodutos TAG. A empresa também já deu andamento ao processo de venda de suas distribuidoras de gás canalizado. A próxima etapa de venda de ativos da Petrobrás deverá ser a de oito refinarias, numa operação que deve render mais do que todas as já feitas no programa de desinvestimentos. Uma das estimativas é de que essa venda renda US\$ 15 bilhões, num processo que deve terminar em 2021.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Interferências indevidas

A suspensão da nova tabela de fretes faz parte de uma vergonhosa sucessão de erros. Não bastasse a evidente inconstitucionalidade da interferência no livre mercado representada pela fixação de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas, o governo de Jair Bolsonaro conseguiu agregar ainda dois novos

equívocos ao imbróglio. Aceitou ser refém das ameaças dos caminhoneiros e ainda interferiu desbragadamente na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Para agravar o quadro, a diretoria da agência reguladora, abandonando qualquer escrúpulo de autonomia institucional, curvou-se às pressões do Palácio do Planalto e determinou a suspensão da Resolução 5.849/2019. No momento, vale a atualização de valores feita em abril deste ano. Em 16 de julho, a ANTT publicou a Resolução 5.849/2019, atualizando regras e valores relativos aos “pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas”.

Era mais uma versão da tabela de fretes, oriunda da “Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas”, que foi instituída no ano passado pela Medida Provisória (MP) 832/2018, depois convertida na Lei 13.703/2018. Evidentemente inconstitucional, essa legislação foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), que inexplicavelmente ainda não se pronunciou. Insatisfeitos com os valores fixados pela Resolução 5.849/2019, os caminhoneiros ameaçaram promover paralisações de estradas e rodovias. Diante da ameaça, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, expediu decisão cautelar suspendendo temporariamente a nova tabela do frete rodoviário. Era o governo federal, uma vez mais, adotando a incompreensível postura de submissão perante alguns grupos de caminhoneiros.

Em vez de defender o interesse público e exigir o cumprimento da lei e da ordem, o Executivo federal rendeu-se às bravatas de alguns. Na decisão, o ministro ainda solicitou que a ANTT revisse sua posição. Em reunião extraordinária ocorrida no mesmo dia do pedido do ministro Tarcísio Freitas, a diretoria da agência suspendeu a Resolução 5.849/2019. A explicação da ANTT sobre a suspensão da medida é uma confissão da sua falta de independência em relação às pressões políticas do Executivo. A agência reconhece que a resolução foi resultado de uma audiência pública que contou com “a participação de transportadores autônomos, empresas e cooperativas de transporte, contratantes de frete, embarcadores e diversos outros agentes da sociedade”.

Mas, após o pedido do Ministério da Infraestrutura, os diretores da ANTT optaram por suspender cautelarmente a Resolução diante das “notícias iminentes de greve de caminhoneiros” e da “insatisfação de parcela significativa” da categoria. O órgão regulador diz que levou em conta a necessidade de “evitar dano irreparável ou de difícil reparação”, como “prejuízos econômicos em paralisações” e a redução da “instabilidade no setor de cargas”. “A Agência reitera o compromisso com todos os envolvidos de manter um diálogo constante, a fim de buscar um consenso no setor de transporte rodoviário de cargas e pretende ampliar o debate sobre a matéria”, diz a nota da ANTT. É realmente peculiar que o órgão regulador, em vez de

cumprir sua missão institucional, opte por ser submisso ao governo e às ameaças de alguns caminhoneiros que não desejam nenhum tipo de diálogo.

A disjuntiva desses grupos de pressão é sempre a mesma: ou o governo faz o que querem ou paralisam o País. Na campanha eleitoral do ano passado, Jair Bolsonaro apoiou a greve dos caminhoneiros. Agora na condição de presidente da República, Jair Bolsonaro continua atuando como se fosse representante dos interesses dessa categoria profissional. É preciso que o Executivo assuma incondicionalmente a defesa do interesse público e que o Judiciário declare o quanto antes a inconstitucionalidade da Lei 13.703/2018. Quando os Poderes não cumprem o seu papel, quem impera não é a lei, mas a ameaça de alguns.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: Petrobras arrecada R\$ 57 bi no ano após privatizar a BR

Com plano de desinvestimentos, estatal quer se concentrar em exploração

Com a conclusão da oferta secundária de ações da BR Distribuidora e a arrecadação de R\$ 8,6 bilhões com a venda, a Petrobras atingiu em julho a marca de US\$ 15 bilhões de desinvestimentos (R\$ 56,6 bilhões no câmbio atual), disse o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco.

Ele afirmou nesta quinta (25) que a companhia deverá se concentrar nas atividades de exploração de petróleo e gás e repassar ativos de outros ramos à iniciativa privada.

Após a venda das ações, a Petrobras deixa o controle da empresa. A participação na distribuidora passa de 71,25% para 37,5%. É o primeiro processo de privatização feito por meio de oferta de ações.

“O preço de fechamento de R\$ 24,50 [por ação] foi o mesmo do lançamento da operação, foi um sucesso. Em média, acontece um desconto de 6% [com o aumento da oferta de papéis], e isso não ocorreu, tivemos excesso de demanda”, disse Castello Branco.

Agora, a estatal deverá convocar uma assembleia de acionistas em 40 dias que deverá revogar o mandato dos membros do conselho de administração da empresa e escolher novos conselheiros.

Com a privatização, a distribuidora deverá rever contratos e sua política de contratação e promoção de pessoal, segundo o presidente da empresa, Rafael Grisolia.

“Já somos a maior distribuidora, com os maiores ativos logísticos, mas queremos ser amais competitiva. Agora, conseguiremos ter as melhores práticas de contratação. Até hoje, só poderíamos contratar via concurso público”, disse.

Também nesta quinta, o Ministério Público Federal informou que devolveu R\$ 425 milhões à Petrobras nesta semana, provenientes de acordos de leniência e repatriações no âmbito da Lava Jato. A soma de valores devolvidos à estatal chega a R\$ 3,5 bilhões.

Colaborou Diego Garcia, do Rio

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Críticos erram nas contas da venda de ações da distribuidora

Análise

Depois que se concretizou a privatização da BR Distribuidora por meio de uma oferta de ações em Bolsa, pipocaram críticas ao negócio nas redes sociais. A principal delas é que a Petrobras teria vendido a empresa por um valor muito baixo.

As reclamações se tornaram mais inflamadas com base na seguinte conta: quando se concretizar a venda do lote adicional de papéis, a estatal terá arrecadado R\$ 9,6 bilhões com a operação, enquanto a BR lucrou R\$ 3,2 bilhões apenas no ano passado.

A comparação, no entanto, está equivocada por diversos motivos. O primeiro erro é que a Petrobras não vendeu a empresa inteira, mas uma fatia de pouco mais de 33%.

A ação da BR Distribuidora foi avaliada a R\$ 24,50 no negócio, o que significa um valor de mercado total de R\$ 28,5 bilhões — portanto, bem acima dos R\$ 3,2 bilhões de lucro.

A segunda incorreção é fazer a analogia do valor obtido na venda com o lucro.

Geralmente os investidores observam a geração de caixa. O lucro pode estar inflado por questões financeiras diversas, que é exatamente o que acontece no caso da BR.

Em 2018, a empresa recebeu algumas parcelas de um calote expressivo na venda de combustível para térmicas da região Norte —uma confusão resultante da política da ex-presidente Dilma de congelar os preços da energia. Logo, trata-se de uma receita não recorrente expressiva.

Já quando se compara o valor em que a BR foi avaliada na privatização com sua geração de caixa, o múltiplo varia de 7 vezes a 8,5 vezes e meia, dependendo de quem faz a conta. A geração de caixa é estimada por diferentes analistas para 2019 e 2020, pois o que interessa é o que a empresa vai produzir de valor no futuro.

Não é um múltiplo ruim. Está em linha com as concorrentes do setor —Ipiranga e Shell/Raízen— e acima dos 5,5 vezes da Petrobras. Isso significa que a estatal fez dinheiro com o negócio. Só haveria destruição de valor se o múltiplo tivesse saído abaixo do da própria Petrobras.

Mesmo diante de todos esses dados, críticos argumentam que a Petrobras não deveria se desfazer de ativos lucrativos. Alógica da empresa tem sido vender tudo que não está no coração do seu negócio, que é a exploração de petróleo, para reduzir dívida.

O problema é que as pessoas têm memória curta. No auge do congelamento do preço da gasolina promovido por Dilma e das revelações de corrupção feitas pela Lava Jato, a Petrobras quase quebrou.

A BE ficou conhecida como um reduto do ex-presidente e na época senador Fernando Collor de Mello. Em maio deste ano, a Procuradoria-Geral da República denunciou Collor por peculato. Ele é acusado de desviar R\$ 240 milhões em contratos da empresa para um empresário amigo.

É verdade que desde então bastante coisa mudou por lá. Indicado pelo então presidente Michel Temer, Pedro Parente montou um time profissional na BR Distribuidora enquanto comandou a Petrobras. A motivação para a mudança: fazer um IPO (oferta pública de ações), o que ocorreu em dezembro de 2017, e acabar vendendo o controle da empresa na Bolsa, o negócio selado nesta semana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 26/07/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Bolsonaro autoriza PM da ativa em escola militar

BRASÍLIA, SÃO PAULO E MANAUS- O presidente Jair Bolsonaro publicou decreto nesta quinta (25) que autoriza policiais e bombeiros da ativa a atuarem em escolas cívico-militares.

A medida consta no Diário Oficial da União e permite que os oficiais atuem na gestão de escolas públicas estaduais, distritais e municipais.

O decreto ainda autoriza que policiais e bombeiros atuem na administração de unidades de conservação ambiental, bem como em órgãos do Legislativo. Ele prevê as novas funções no regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros, iniciativa editada e publicada em 1983.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o decreto cria um instrumento jurídico para que policiais possam fazer uma espécie de "bico oficial". Ele diz que foi uma maneira rápida de aumentar o efetivo de fiscalização, que "só tem 50% dos quadros [trabalhando]". Os policiais devem ser pagos via Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho.

Salles esteve no Encontro Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, em São Paulo, na manhã desta quinta, junto ao ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, para quem o decreto "é um avanço, mas muito pequeno".

O Ministério da Educação pretende implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. A ideia é que, a cada ano, haja 27 novas unidades, uma por unidade da federação.

O assunto educação também esteve em pauta durante a visita do presidente a Manaus nesta quinta. Bolsonaro defendeu a "autoridade em sala de aula" ao entregar diplomas para alunos de escolas públicas administradas pela Polícia Militar do Amazonas.

"Investir na educação não são apenas recursos, como alguns pregam por aí. Investir na educação é dar meios para que o professor possa exercer a sua autoridade em sala de aula e, dessa forma, poder fazer com que o alunos realmente aprendam", disse.

O evento com alunos de duas escolas da PM ocorreu no auditório da Faculdade Nilton Lins. De uniforme militar, os estudantes do ensino fundamental ovacionaram Bolsonaro na chegada — alguns entoaram "mito" e fizeram o símbolo da arma com os dedos, como na campanha eleitoral.

Para inspirar os alunos, Bolsonaro nomeou os ministros presentes que estudaram em escola pública: Paulo Guedes (Economia), **almirante Bento Albuquerque (Minas e energia)** e general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Gustavo Uribe, Thaiza Pauluze e Fabiano Maisonnave

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/07/2019

Seção: Mundo

Autor: Ricardo Delia Coletta e Thais Arbex

Título: Toffoli decide que Petrobras deve abastecer navios iranianos no PR

Estatul vinha se recusando a fornecer combustível por risco de sofrer sanções americanas

Brasília- O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou na noite desta quarta-feira (24) que a Petrobras forneça combustível a dois navios iranianos que estão parados há quase 50 dias no porto de Paranaguá (PR).

A estatal vinha se negando a vender combustível para as duas embarcações, sob a justificativa de que elas estão na lista de empresas alvos de sanção pelos Estados Unidos.

O argumento da companhia brasileira era o de que, ao fornecer óleo aos navios, a Petrobras estaria sob risco de sofrer eventuais penalidades pelas autoridades norte-americanas.

Na decisão, Toffoli afirmou que a empresa brasileira Eleva Química — responsável pelas embarcações — não está na lista de agentes alvos de sanção pelos EUA.

São dois os navios iranianos fundeados em Paranaguá, o Bavand e o Termeh. Eles trouxeram ureia (composto utilizado na fabricação de fertilizantes, cosméticos e outros) ao Brasil e deveriam retornar com milho ao país persa.

O Bavand já tem embarcadas quase 50 mil toneladas de milho, e o Termeh ainda aguarda o carregamento de outras 60 mil toneladas. A carga é avaliada em aproximadamente R\$ 100 milhões.

O presidente do STF — que decidiu o caso após uma disputa judicial nas instâncias inferiores — também citou, em sua decisão, os prejuízos causados à balança comercial do país com o Irã, que é o maior comprador de milho brasileiro, com o episódio.

Apenas em 2018, as vendas ao exterior somaram 22 milhões de toneladas. Dessas, 6,4 milhões foram para o Irã.

Toffoli afirmou ainda que não há possibilidade de a Petrobras sofrer sanções dos EUA, uma vez que o reabastecimento será feito por ordem judicial.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, havia opinado, em manifestação ao STF, que a Petrobras não seria obrigada a fornecer combustível às embarcações — destacando a existência de alternativas para adquirir o produto de outros fornecedores.

Ao comentar o caso, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse, na semana passada, que o Brasil está alinhado à política dos EUA de sanção econômica contra o Irã.

"Existe esse problema, os EUA, de forma unilateral, têm embargos levantados [impostos] contra o Irã. As empresas brasileiras foram avisadas por nós desse problema e estão correndo risco nesse sentido", afirmou o presidente, na última sexta-feira (19).

No domingo (21), Bolsonaro reafirmou sua posição. "Sabe que nós estamos alinhados à política deles. Então, fazemos o que tem de fazer", disse.

O episódio abriu uma nova crise interna no Itamaraty e preocupa a cúpula das Forças Armadas, justamente por causa desse alinhamento automático à posição americana.

Entre diplomatas, há a certeza de que a eventual escalada da crise no Golfo Pérsico, que desemboca em conflito entre EUA e o Irã, levará a um inédito apoio explícito do Brasil a Washington.

Generais da ativa temem qualquer iniciativa que possa acarretar riscos de segurança, e dois deles disseram à Folha em reportagem publicada na quarta (24) que o país poderia entrar na rota de grupos associados à teocracia iraniana, como o palestino Hamas ou o libanês Hizbullah.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 26/07/2019****Seção: Mundo****Autor:****Título: Petrobras pode ser punida nos EUA, diz Ernesto**

Brasília- O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, afirmou nesta quinta (25) que a Petrobras pode sofrer punições nos Estados Unidos caso faça negócios com empresas iranianas alvos de sanção por Washington, como é o caso dos navios Bavand e Termeh — parados em Paranaguá (PR).

A declaração de Araújo foi dada poucas horas depois de o presidente do STF, Dias Toffoli, ter determinado que a petroleira brasileira forneça combustível às duas embarcações, há quase 50 dias no porto paranaense sem poder retornar ao Irã por falta de óleo.

A justificativa da Petrobras para se recusar a efetuar a operação era a de que estaria sob risco de sofrer penalidades pelas autoridades americanas — opinião agora endossada pelo chanceler. Reportagem da Folha mostrou que diplomatas e militares concordavam com o risco de a Petrobras sofrer sanções dos EUA caso abasteça os cargueiros

"Nós temos chamado a atenção para o fato de que a Petrobras poderia estar sujeita a prejuízos nas suas atividades nos EUA. Isso continua sendo o caso", disse Ernesto, após uma declaração à imprensa ao lado ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, no Itamaraty.

"Parece que, de acordo com medidas que estão em vigor, determinado comportamento da Petrobras pode ter esse tipo de repercussão. É o que tínhamos chamado atenção antes e achamos que a situação permanece."

Apesar da declaração, Ernesto ressaltou que o tema dos navios de bandeira iraniana está na Justiça e que a determinação judicial precisa ser seguida por todas as partes.

"Existe o Estado da lei, as companhias atuarão de acordo com a determinação da justiça", concluiu.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/07/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Petrobras acumula US\$ 15 bi com venda de negócios**

Presidente da estatal espera receber ofertas pela Liquigás no início de agosto e critica tabelamento do frete rodoviário no país

A Petrobras já contabiliza um reforço de US\$ 15 bilhões no caixa com a venda de negócios neste ano até julho. O número foi informado ontem pelo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, na cerimônia de oferta pública de ações da BR Distribuidora na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. A operação resultou na privatização da subsidiária via mercado. O executivo disse que o próximo ativo a ser vendido deve ser a Liguigás, subsidiária de distribuição de botijões de gás (GLP), em agosto.

— Neste mês de julho, completamos US\$ 15 bilhões em desinvestimentos, e vem muito mais. Temos um amplo programa de desinvestimentos — disse Castello Branco.

— A próxima (empresa) a deixar o Estado será a Liquigás, agora no mês de agosto.

Será a segunda tentativa da Petrobras de se desfazer da Liquigás. Em fevereiro, a venda da empresa para o Grupo Ultra foi vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que zela pela concorrência. A estatal voltou a buscar compradores para 100% da subsidiária e deve receber propostas finais dia 7 de agosto, informou ontem Castello Branco.

O executivo confirmou que a fatia da Petrobras no capital da BR foi reduzida de 71,25% para 37,5% após a venda de um lote extra de ações, o que leva o valor do negócio a R\$ 9,6 bilhões. Ontem, o papel da BR fechou em alta de 0,11%, a R\$ 26,33.

— Trata-se da primeira privatização na história do Brasil via mercado de capitais — disse Castello Branco.

Presente ao evento, o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, disse que o resultado deve ser encarado como uma sinalização do governo de Jair Bolsonaro em direção à diminuição do Estado e ao foco no social.

Além de Liquigás e BR Distribuidora, a Petrobras já iniciou este ano processos de venda de campos de petróleo, refinarias e gasodutos. Na área de gás natural, a estatal já vendeu o controle das empresas Transportadora Associada de Gás (TAG) e Nova Transportadorado Sudeste (NTS) e anunciou que vai se desfazer das ações remanescentes.

A empresa firmou acordo com o Cade para reduzir participação em transporte e distribuição de gás, como parte do plano do governo para aumentar a

competição e baixar preços. Ontem, a Petrobras anunciou o início da venda de campos terrestres na Bahia.

CRÍTICAS AO TABELAMENTO

O plano de desinvestimentos da Petrobras segue estratégia traçada por Castello Branco no início do ano de vender ativos para reduzir o endividamento e concentrar investimentos nas áreas de exploração e produção de petróleo, especialmente no pré-sal.

No evento em São Paulo, o presidente da Petrobras criticou o tabelamento do frete pago aos caminhoneiros.

— Mesmo se a Petrobras cobrasse preços venezuelanos, isso não adicionaria em nada aos caminhoneiros, (pois) lhes falta carga. O tabelamento do frete contribui para a ruína dos caminhoneiros.

E criticou a política de crédito do BNDES para a categoria em outros governos: — Os caminhoneiros têm sérios problemas motivados pelo excesso de oferta gerado por uma expansão irresponsável de crédito subsidiado no passado pelo BNDES.

Enquanto a Petrobras ainda comemora os resultados da venda da BR, a operação já é alvo de questionamento. O Grupo Forte, que já foi uma das maiores redes de postos da cidade de São Paulo, notificou extrajudicialmente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a B3, a BR Distribuidora e a Petrobras alegando que o prospecto de venda de ações da BR pode induzir os investidores a erro por não mencionar um passivo que poderia chegar a R\$ 10 bilhões. Segundo o Grupo Forte, a estatal informa apenas um valor de R\$ 274 milhões.

O valor de R\$ 10 bilhões é estimado pelo Grupo Forte com base em ação iniciada em 2000. Na ocasião, a BR rescindiu contratos de aluguel de 20 anos. Os advogados do Grupo Forte alegam que o valor foi calculado com base na decisão de segunda instância do Tribunal de Justiça de São Paulo, que condenou a estatal a pagar multas pré-fixadas em contrato. A BR recorreu, e o caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De outro lado, fontes destacam que a estatal menciona a disputa judicial em seu Formulário de Referência, documento que faz parte do prospecto aos investidores.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/07/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Verdade**

Opinião do Globo

GOVERNO E caminhoneiros decidiram abandonar a tabela única para frete e estabelecer negociações por setores entre empresários geradores de cargas e proprietários autônomos de caminhões e transportadoras.

MAIS RACIONAL, porque aos poucos se aproximam da verdade de que é impossível tabelar os fretes.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/07/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)****Título: FISCAL DEPENDE DO PRE-SAL**

O governo está cada vez mais dependente do leilão do pré-sal para fechar as contas este ano. Quem alerta é o economista Gilberto Borça Jr. Ele explica que a arrecadação está vindo abaixo do esperado, por causa da recuperação frágil da economia, e pode ser difícil para o Tesouro atingir a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões. O leilão está marcado para novembro e a expectativa é arrecadar mais de R\$ 100 bi.

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/07/2019****Seção: O País****Autor: ANA LÚCIA AZEVEDO E DANIEL BIASETTO****Título: Brumadinho: identificação de corpos atrasa**

Equipamento sequenciador de DNA capaz de auxiliar com precisão no reconhecimento de mortos demora para chegar ao IML de Belo Horizonte e prejudica trabalho de buscas por vítimas. Aparelho foi prometido pela Vale

Seis meses após o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Brumadinho (MG), que matou 270 pessoas, das quais 22 seguem desaparecidas,

há ainda muito por fazer no Instituto Médico Legal (IML) para identificar dezenas de fragmentos de corpos de vítimas da tragédia. Considerado crucial para o trabalho dos peritos, um dos aparelhos prometidos pela Vale ainda não chegou ao IML. Trata-se de um equipamento de última geração conhecido como Illumina, um sequenciador de DNA capaz de auxiliar com precisão no reconhecimento dos mortos, naquele que já é visto como o maior desafio enfrentado até hoje por legistas brasileiros.

— Um desastre como nenhum outro — afirma Ricardo Moreira de Araújo, chefe da seção de Tanatologia Forense do IML de Belo Horizonte. A mineradora fechou acordo com o Ministério Público e a Polícia Civil de Minas Gerais para o fornecimento de equipamentos e insumos materiais ao IML, no qual afirma ter destinado “um aporte de R\$ 15,5 milhões”. A empresa afirmou não ter previsão para a entrega do sequenciador de DNA.

SEM PRAZO PARA ACABAR

Completados ontem seis meses da tragédia, bombeiros continuam a procurar as últimas pessoas desaparecidas no acidente. A maior operação de resgate da História do Brasil, organizada pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, prossegue em busca de 22 vítimas. Restos mortais de outros 248 mortos já foram identificados graças a um trabalho de investigação, tecnologia e esforço humano. A maioria das vítimas morreu de trauma, com o impacto da lama, que dilacerou os corpos e provocou hemorragia interna. Foram achados fragmentos humanos na lama a até 15 metros de profundidade.

No entanto, de acordo como tenente-bombeiro Carlos Ramos, que trabalha na logística do resgate, a maior parte dos corpos e segmentos, cerca de 80%, estava a aproximadamente três metros de profundidade ou espalhada por quilômetros de distância da barragem de Brumadinho. O fim da operação de resgate ainda é incerto. As buscas continuarão até que o último desaparecido seja encontrado ou que não haja mais viabilidade técnica de encontrar alguém devido à decomposição, segundo o tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros de Minas. Nem sólida nem fluida, a lama de rejeito de mineração é o pior cenário possível para um resgate, explica o tenente Aihara.

Como terremotos, ela soterra. Mas a mistura de minério e lama se comporta como líquido, desliza, é instável, arrasta destroços de construções, máquinas e mutila corpos. Afunda equipes de resgate, oculta destroços perigosos, uma permanente armadilha para o trabalho de busca. A lama nunca deixa de se mover desde o acidente e pode deslocar pedaços de corpos por quilômetros com o passar do tempo. Como contém óxido de ferro — matéria-prima para tinta —, a lama “pinta” corpos de homens e animais, os deixando indistinguíveis do rejeito. Dos 682 segmentos de corpos recuperados, 83 não eram humanos.

Atualmente, a maior parte do trabalho é de “reconhecimento” do rejeito. Nenhuma máquina trabalha sem que um bombeiro observe. Escavadeiras levantam as pilhas de rejeito e então, lentamente, despejam seu conteúdo na frente do bombeiro, que tenta identificar no meio da terra e destroços qualquer vestígio humano. A operação é repetida centenas de vezes em cada turno de dez horas diárias de um bombeiro. Cada pilha é checada de duas a três vezes. Quando algo chama a atenção, cães entram, então, em ação. Mais de 80% dos fragmentos e corpos foram localizados pelos cães farejadores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/07/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Abasteça-se !

Toffoli manda Petrobras fornecer combustível a navios iranianos parados em Paranaguá

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, decidiu na noite de quarta-feira que a Petrobras deverá fornecer combustível aos navios iranianos Bavand e Termeh, parados desde o início de junho nas proximidades do Porto de Paranaguá, no Paraná. Toffoli revogou a liminar que ele próprio dera à estatal, que recorreu ao STF contra uma decisão obtida na Justiça do Paraná pela Eleva, empresa brasileira que fretou os navios, determinando o abastecimento das embarcações.

INTERESSES EM JOGO

Em sua decisão, o presidente do STF julgou improcedente a alegação da Petrobras de que ficaria sujeita a sanções dos Estados Unidos. Ele afirmou, ainda, que os interesses nacionais e econômicos brasileiros poderiam ser prejudicados caso os navios continuassem sem combustível e não pudessem zarpar.

Agora o caso volta à Justiça do Paraná, que deverá garantir o cumprimento de sua decisão original em favor da empresa. A Eleva não comentou a decisão de Toffoli. A Petrobras também não se pronunciou, mas uma fonte da estatal, citada pela agência Reuters, disse que o abastecimento por ordem judicial reduz o risco de sanções americanas. A decisão de Toffoli ainda pode ser alvo de recurso no próprio Supremo, caso em que terá de ser julgado no plenário, e não sepulta o processo nas instâncias inferiores.

Na ação, a Petrobras alegava que os dois navios fazem parte de uma lista de pessoas e entidades sancionadas pelos EUA, e que por isso ficaria sujeita a

sofrer represálias de Washington. A estatal dizia, ainda, que outras empresas poderiam abastecer as embarcações, e citava uma carga de ureia, usada em fertilizantes e trazida pelos dois navios, produto que também está sujeito a restrições dos EUA.

SEM RISCO À PETROBRAS

A decisão de Toffoli deu razão à Eleva, que argumentava que o abastecimento das embarcações não representaria risco para a Petrobras, uma vez que é ela, a fretadora brasileira, que estará comprando o combustível, e não os navios. Além disso, a empresa alegava que a Petrobras é a única empresa que fornece o tipo de combustível usado pelos cargueiros, o IFO 380. A Eleva afirmava ainda que comprou a ureia de empresas iranianas fora da lista de entidades sancionadas pelo governo americano.

A carga de ureia que os dois navios trouxeram do Irã já foi descarregada no mês passado. Eles deveriam voltar ao país persa levando cem mil toneladas de milho — o Irã é o terceiro maior importador dessa commodity brasileira. A operação de importação e exportação é classificada como "comércio compensado", por não

envolver pagamento iraniano em dinheiro, já que Teerã está com reservas reduzidas por causa das sanções aplicadas pelos EUA desde que os americanos abandonaram unilateralmente, em maio de 2018, o acordo nuclear assinado entre as principais potências e o país do Golfo Pérsico.

A decisão de Toffoli contrariou um parecer da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que na sexta-feira dissera que a Eleva teria alternativas para abastecer os navios, o que a empresa contestava. No parecer, Dodge citou um argumento recebido do Itamaraty de que o abastecimento pela Petrobras poderia causar prejuízo a "relações diplomáticas estratégicas" do Brasil.

ALERTA DOS EUA

Como O GLOBO revelou nesta semana, o governo brasileiro foi alertado há cerca de três semanas pelo governo americano de que a importação de ureia do Irã está sob restrições impostas por Washington, e que empresas brasileiras, incluindo portos, que ajudassem a viabilizar o comércio do produto estariam sujeitas a sanções. Em sua estratégia de pressão máxima contra o Irã, o governo americano tenta inviabilizar o comércio do país persa com terceiros.

O presidente Jair Bolsonaro disse que avisou os exportadores sobre o risco de negociar com os iranianos, e afirmou que o Brasil está ao lado dos EUA no caso.

— Estamos alinhados às políticas deles (EUA). Então, faremos o que for necessário — disse Bolsonaro nesta semana.

Na quarta-feira, em entrevista à agência Bloomberg, o embaixador do Irã em Brasília, Seyed Ali Saghaeyan, ameaçou o Brasil com o corte de importações a menos que o país permita o reabastecimento dos dois navios. O Brasil exporta cerca de US\$ 2 bilhões por ano para o Irã, na maior parte commodities como milho, carne e açúcar.

O embaixador disse que o Irã estava considerando mandar combustível aos navios, mesmo que essa opção levasse mais tempo e fosse mais cara.

— Países grandes e independentes como o Brasil e o Irã devem trabalhar juntos, sem interferência de outros países — disse o embaixador do Irã.

MME / ASCOM .